



## GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

### Anexo B.11 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

---

#### B.11 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Goiânia, xx de xxxx de xxxx.

À Comissão de Contratação

Ref.: Edital n.º XX/XXXX – Declaração de Integridade

Prezados Senhores,

A [Licitante], por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), declara, para os devidos fins, que:

1. A Contratada observará as normas federais e setoriais, bem como as melhores práticas, relativas à integridade, conformidade, ética, governança, gestão de riscos, controles interno e externo (monitoramento, avaliação, auditoria e investigação), transparência na condução do Contrato, em especial.
2. Deverão ser atendidas integralmente, no que couberem, as disposições das Leis Federais n.º 12.846/2013 e n.º 8.429/1992, dos Decretos Federais n.º 3.678/2000, n.º 4.410/2002, n.º 5.687/2006 e n.º 11.129/2022, da Portaria da Controladoria Geral da União – CGU n.º 909/2015 e de outras normas federais aplicáveis, bem como a Lei do Estado de Goiás nº 20.489/2019, além de outras normas que alterem, complementarem ou sucederem as retro referidas.
3. O programa de integridade da Contratada deverá seguir os ditames previstos na Portaria CGU n.º 909/2015, contendo, no mínimo, o disposto nesta norma.
4. Política de transações com Partes Relacionadas, segundo as melhores práticas de governança corporativa e aquelas previstas no Contrato.

5. Para a execução do Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de qualquer pessoa, direta ou indiretamente, pessoalmente ou através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis brasileiras e dos países em que tenham sido realizadas transações ou praticados fatos jurídicos, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do Contrato, ou de outra forma que não relacionada ao Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

6. Será vedado o uso de recursos, bens e valores de origem ilícita ou duvidosa. A inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS constituirá impeditivo à celebração do Contrato.

[assinatura dos representantes legais]

CPF: